TRABALHO DOCENTE E OS EMINENTES RISCOS PSICOSSOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

TEACHING WORK AND THE IMMINENT PSYCHOSOCIAL RISKS IN BASIC EDUCATION

José Romildo Pereira Lima[1]
https://orcid.org/0000-0003-1961-1816
http://lattes.cnpq.br/4983338321664895

Maria Jucilene Lima Ferreira[2]
https://orcid.org/0000-0002-0456-3842
http://lattes.cnpq.br/0113230546537866

Tayane Christina Costa dos Santos[3]
https://orcid.org/0009-0009-9666-2829
http://lattes.cnpq.br/3122131471903414

Abel Amado Lima de Oliveira[4]
https://orcid.org/0009-0009-5324-0765
http://lattes.cnpq.br/0429232280008112

Recebido em: 03 de novembro de 2025.
1ª revisão: 10 de junho de 2026.
Revisão final: 16 de outubro de 2026.
Aprovado em: 16 de outubro de 2026.

https://doi.org/10.46401/arec.2026.v18.24407

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação Difusão do Conhecimento pela Universidade do Estado da Bahia e mestre em Educação e Diversidade pela mesma universidade Graduado em Matemática pela Faculdade de Tecnologia e Ciências da Bahia (2010) e em Normal Superior pela Universidade Norte do Paraná (2007). Atua como professor no Centro Educacional Nilton Oliveira Santos (CENOS) e no Colégio Municipal Carlos Raimundo Mota (CMCRM) no município de Araci/Bahia. E-mail: luzenselima@gmail.com

2 Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UNB); mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: juciferreira.uneb@gmail.com

3 Doutoranda em Ciências da Educação pela Educaler University. Mestre em Ciências da Educação. Graduada em Nutrição pela Faculdade da Região Sisaleira (FARESI), e especialista em Nutrição com ênfase em Emagrecimento e Obesidade. Tem graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da Prefeitura Municipal De Santaluz-Ba. E-mail: tayanesanschri@gmail.com

4 Doutorando em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela UFBA. Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialista em Metodologia do Ensino de História pela FACUMINAS. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor na Escola Municipal Tarcilina em Santaluz. Atua como professor de Filosofia no colégio PIAGET, em Valente. E-mail: amadoabel90@gmail.com

Resumo: Busca-se discutir os riscos oriundos da precarização do trabalho docente na educação básica. Observam-se os índices de adoecimento dos profissionais da docência, ao mesmo tempo, os avanços da desvalorização da profissão e submissão destes profissionais ao alheamento do seu próprio trabalho. Indaga-se: quais os principais riscos psicossociais que envolvem os profissionais da docência e de que maneira esses riscos incidem sobre os processos educativos da escola? A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico. Os resultados apontam para necessidade de organização da categoria docente.

Palavras-chave: precarização do trabalho docente, riscos psicossociais, profissionalidade.

Abstract: This study aims to discuss the risks arising from the precariousness of teaching work in basic education. It observes the rates of illness among teaching professionals, along with the increasing devaluation of the profession and the alienation of these professionals from their own work. The questions raised are: what are the main psychosocial risks involving teaching professionals, and how do these risks affect the educational processes of the school? The methodology used was a bibliographic study. The results point to the need for organization within the teaching profession.

Keywords: precarious teaching work, psychosocial risks, professionality.

Introdução

A profissão docente é uma das mais remotas da sociedade. E, apesar de ser a responsável pela formação técnica/científica de todas as outras profissões, o magistério ainda é afetado por percalços e desafios representados pela precarização das condições de trabalho, valorização profissional e negação dos planos de carreira (quando existentes), os quais incidem sobre a construção cotidiana da profissão docente que inclui sentidos, significados, saberes, formação, interações e escolhas do (a) profissional (Ferreira, 2006). Pesquisas como Gomes (2015); Santana e Almeida (2021), por exemplo, têm evidenciado um quadro de desânimo, desesperança, insatisfação e frustação nos profissionais da docência.

O papel da docência vai além da simples transmissão de informações, constituindo-se como uma das peças-chave na formação de uma sociedade mais justa e equitativa, pois, contribui com o pensamento crítico e a autonomia das/os estudantes, possibilitando questionamentos e alterações da realidade ao seu redor. Contudo, as reformas educacionais no Brasil, nas três últimas décadas, têm incidido sobre a função social da docência, frequentemente atribuindo a esta, caracterização técnica, meritocracias, fundamento em competências e habilidades individuais em detrimento da formação crítica e libertadora para docentes e discentes (Silva, Cruz 2021; Freitas, 2012; Freitas, 2018). As condições de trabalho e a atuação docente permanecem cruciais para restabelecer o verdadeiro propósito da escola, assegurando que ela funcione como um espaço de transformação e conscientização, e não apenas como um local de conformidade com políticas e sistemas hegemônicos.

Ocorre que, frente à modernização da sociedade capitalista e diante do atual contexto e o avanço do arsenal tecnológico, é comum se escutar, no âmbito do senso comum, acusações aos professores pelo fracasso escolar dos alunos (Ferreira, 2006), fato que submete os/as profissionais docentes a um cotidiano profissional complexo e impactante – complexo porque se apresentam imediatas e superficiais as afirmações que desconsideram as condições materiais a que o trabalho docente está submetido e impactante porque tanto estas afirmações quanto as próprias condições reverberam no exercício profissional do/a docente – o exercício da docência.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) frequentemente enfatiza a necessidade de melhorar os resultados educacionais para impulsionar o desenvolvimento econômico, o que pode resultar em pressões adicionais sobre os/as docentes. Conforme análise de Santos (2024), as recomendações da OCDE tendem a focar na eficiência e nos resultados mensuráveis, muitas vezes negligenciando aspectos relacionados à valorização e ao fortalecimento da profissão docente, dessarte "aliena e controla, precariza os processos de trabalho, sem levar em consideração as mediações necessárias [...] para a sobrevivência objetiva e subjetiva dos(as) trabalhadores(as) da educação" (Costa; Souza; Cabral, 2018, p. 2048).

Acrescentamos, ainda, que *as reformas educacionais no Brasil* têm imposto desafios significativos à docência, intensificando a sobrecarga de trabalho e as responsabilidades que são atribuídas aos docentes. Além das demandas exigidas do ensino, qual sejam: espera-se que os educadores desempenhem papéis adicionais, como gestores de conflitos, assistentes sociais e psicólogos, muitas vezes sem a formação ou o suporte adequado. Essa ampliação de funções, aliada à pressão por resultados em avaliações externas, de acordo com Santos e Repolês (2024), contribuem para o esvaziamento do currículo escolar e para a desvalorização de disciplinas fundamentais, afetando negativamente o processo educacional e o bem-estar dos docentes.

Tratam-se de ações históricas que gradualmente incidem sobre o desmonte da educação básica, evidenciado também no artigo intitulado: "Educação brasileira em tempos de neoliberalismo: entre discursos de melhoria e realidades excludentes", quando discute o impacto das políticas neoliberais sobre a educação. Segundo os autores

> O governo anterior [Fernando Henrique Cardoso] fez uma desmontagem da instituição pública. Marcado por um processo de centralização, profundamente antidemocrático, controle do trabalho do professor: a avaliação da educação básica e superior e pela imposição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Azevedo; Iglesias; Goulart; Carvalho, 2025, p. 27).

Vê-se, por conseguinte, que há um projeto em curso para os rumos da educação básica, intencionalmente arquitetado em prol da lógica da mercantilização da educação, o qual exime, cada vez mais, o Estado brasileiro dos deveres com a formação pública de sua população. Mecanismos de controle,

desvalorização da profissão e precarização do trabalho são incisivos para o desgaste físico e mental de docentes (Freitas, 2012).

Adicionalmente, a *implementação do Novo Ensino Médio* trouxe mudanças estruturais que impactam diretamente o trabalho dos docentes. A reorganização curricular e a introdução dos itinerários formativos aumentaram a carga de trabalho já existente, por exemplo: o número de alunos por turma, infraestrutura escolar precária, cobranças excessivas em detrimento das avaliações externas, escassez de materiais, dentre outros, o que exige adaptações rápidas e, muitas vezes, sem a devida formação continuada.

Nesse sentido, indaga-se sobre quais são os principais riscos psicossociais que envolvem os/as profissionais da docência e de que maneira esses riscos incidem sobre os processos educativos da educação básica? Em função da abrangência do texto buscamos discutir os riscos da precarização do trabalho docente que implicam em desgaste físico, mental dos/as profissionais docentes, visando a ampliação do debate sobre seus resultados nos processos educativos da escola.

Quanto à metodologia optou-se pelo estudo bibliográfico, a partir das pesquisas de Freitas (2012, 2016, 2018), nas quais discute o empresariamento da educação e, por conseguinte, o avançado processo de precarização do trabalho docente; de Djours (1994, 2015) e Glina (2010), que apontam que imposições hierárquicas resultam em desempenhos insatisfatórios, contribuindo para o adoecimento psicossocial dos docentes.

Para tanto, na primeira seção encontram-se os elementos conceituais acerca da docência no contexto da precarização do trabalho docente; na segunda seção, a atualidade das reformas educacionais no ensino médio e os riscos psicossociais na docência; na terceira seção, a ausência de gerenciamento de riscos psicossociais no ambiente laboral docente. E, na sequência, apresentamos as considerações conclusivas.

Profissão e trabalho docente na educação básica - desafios da atualidade

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) defende uma formação docente pautada em princípios que valorizam a profissão e promovem a construção de uma identidade profissional sólida. Segundo o Documento Final do XXI Encontro Nacional da ANFOPE, é fundamental

uma base comum nacional que oriente a formação dos docentes, garantindo uma formação unitária e de qualidade, que contribua para a valorização social do educador (ANFOPE, 2023).

Todavia, os desafios enfrentados por docentes são multifacetados e complexos. As exigências de um sistema educacional que prioriza resultados de avaliações externas, a falta de reconhecimento profissional e o acúmulo de tarefas administrativas e pedagógicas são apenas alguns dos fatores que geram estresse e sobrecarga emocional. A constante adaptação às mudanças educacionais e a necessidade de gerir conflitos de maneira eficaz também são aspectos que geram desgaste, muitas vezes sem o devido apoio institucional.

Além disso, a pressão para que as/os discentes obtenham bons desempenhos em avaliações padronizadas pode sobrecarregar as/os docentes, que frequentemente se sentem responsáveis não apenas pelos processos de aprendizagens estudantis, mas também pela sua adaptação a um modelo educacional rígido e, por vezes, desconsiderado das individualidades das/os discentes. Esse cenário pode resultar em um grande nível de frustração para as/os docentes, que se veem pressionados a cumprir metas sem receber o suporte necessário para lidar com as dificuldades que surgem no dia a dia da sala de aula.

Essa lógica de responsabilização individual da docente e do docente se agrava ainda mais com o discurso meritocrático que se consolidou no campo educacional, conforme aponta Freitas (2012). Para o autor, a meritocracia na educação desconsidera as desigualdades estruturais que atravessam o cotidiano escolar, impondo a ideia de que o sucesso ou fracasso das/os estudantes depende exclusivamente do empenho das/dos docentes. Dessa forma, a categoria docente passa a ser cobrada por resultados que, muitas vezes, fogem de sua governabilidade, submetido ao modelo punitivo e individualizante. Essa perspectiva desconsidera a precarização das condições de trabalho docente. Ao deslocar a responsabilidade para o sujeito e ignorar os fatores estruturantes, no âmbito da escola, atribui recompensas e sanções à escola e, por conseguinte, aos docentes.

O avançado processo de meritocracia, no sistema educacional do nosso país, contribui para o adoecimento emocional das/os docentes, que se sentem culpabilizados pelo fracasso escolar, mesmo diante da ausência de políticas públicas eficazes e do suporte pedagógico adequado. Esse processo meritocrático se expressa também pela própria "divulgação pública dos resultados da escola que

constitui em si mesma uma exposição pública que envolve alguma recompensa ou sanção públicas" (Freitas, 2012, p. 383).

Pelo contrário, a valorização da profissão docente se constitui como uma categoria de análise importante para a discussão das questões psíquicas e sociais da profissão docente. O reconhecimento profissional incide diretamente sobre o trabalho docente. O trabalho docente, em muitas situações, não é reconhecido adequadamente, tanto pCelo sistema educacional quanto pela sociedade em geral. A desvalorização salarial - segundo análise realizada pelo Observatório das Desigualdades no ano de 2023 os docentes recebem em média 18% a menos que a média salarial mensal de outros profissionais com ensino superior; a falta de prestígio e o baixo *status* social da profissão - realidade demonstrada no estudo supracitado, onde apenas 10% da categoria docente sente que a sociedade valoriza seu trabalho, são fatores que podem minar a motivação e o bem-estar da categoria docente. Essa situação é ainda mais agravada pela escassez de recursos materiais, infraestrutura inadequada e a sobrecarga de funções que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná (sindiedutec, 2023) foram levantados pelo instituto brasileiro de Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC, 2022), 71% das/dos docentes encontram-se estressados por esse fator, que não se restringem apenas ao ato de ensinar, mas se expandem para atividades administrativas e de planejamento.

Observa-se um intenso processo de precarização das condições de trabalho para a docência, na medida em que se constata no dia a dia da escola: 1) a não consideração do/da docente para propor o Projeto Político Pedagógico da escola e/ou como portador de um conhecimento específico (saber ensinar), bem como a não consideração para a seleção de conteúdos escolares condizentes com a realidade social dos/das discentes; 2) a sobrecarga de trabalho na elaboração de relatório, na responsabilidade sobre componentes curriculares que não compõem o escopo de sua formação; 3) a responsabilização pela inclusão de estudantes neurodivergentes ou com algum tipo de deficiência, apenas para citar alguns exemplos (Roldão, 2007).

Por precarização das condições de trabalho docente se entende o processo de exploração a que os/as docentes estão submetidos, na medida em que há ausência de uma política de valorização da docência que inclui articuladamente formação continuada, carreira e reconhecimento da/do profissional com

conhecimento específico; e, também, se explicita a divisão social do trabalho pedagógico entre aquele que pensa o conteúdo escolar e aquele que o executa. Isso diz respeito, diretamente, ao trabalho subordinado ao mercado capitalista. Segundo Silva (2011)

> A questão do trabalho docente subordinado ao mercado capitalista acontece na medida em que se aprofunda a divisão do trabalho na escola. Essa separação não só se aprofunda com o avanço do capital, como também os trabalhadores da educação deixam de ser trabalhadores assalariados para ser trabalhadores parcelares, expropriados do seu derradeiro privilégio: a posse do saber escolar através das mudanças no sistema educativo, que passa de um trabalho artesanal da escola tradicional para o trabalho parcelado, dividido (Silva, 2011, p. 17).

Dessa maneira, se por um lado a profissão docente é afetada por baixos salários, sem plano de carreira ou regidos por planos desatualizados, com trabalho precarizado por contratos temporários de trabalho; por outro, há um sobretrabalho que se materializa pelas exigências rotineiras de produção de vários relatórios, reuniões, atividades e eventos escolares, dentre outros. Conforme o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), ao examinar os dados dos questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2019, 42% da categoria docente está envolvida em dois ou mais trabalhos; e mais de 40% desses profissionais dedicam mais de 40 horas semanais à profissão.

Além disso, de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2023, a remuneração dos educadores da educação básica no Brasil era apenas 86% da renda de outras profissões que exigem o mesmo nível de escolaridade. Isso contraria a meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que estabelece a necessidade de "equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE" (Brasil, 2014) na qual, segundo dados da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, alcançou apenas 35% de progresso, dado que levou o debate na Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2024 a elencá-la como um passo crítico e a real necessidade de garantir condições de trabalho adequadas e formação continuada aos docentes.

A categoria docente está submetida a mecanismos de controle e sobrecarga de trabalho que incidem desfavoravelmente sobre processos de ensino e aprendizagens. Trata-se de condições de trabalho que, por um lado, acarreta burocraticamente a docência, desconsidera o potencial intelectual e criativo

da categoria docente, desvaloriza a profissão pela remuneração e escassez de formação continuada; e, por outro, sob a mesma lógica, responsabiliza a docência pelos dados quantitativos que a escola obtém. As/os docentes passam a perceber seu trabalho como fragmentado e descontinuado, sem possibilidade de planejar a longo prazo ou consolidar práticas bem-sucedidas (Faria; Camargo, 2018). Além disso, a descontinuidade de projetos pedagógicos e a mudança recorrente de prioridades institucionais causam uma quebra no vínculo entre docentes e os próprios objetivos do processo educacional, resultando em desmotivação, perda de autonomia profissional e aumento do desgaste psíquico (Andrade, et. al 2026). Dito de outro modo, a fragmentação, descontinuidade e negação da autonomia docente afetam pejorativamente sua profissionalidade, na medida em que esta se constitui como movimento entre ações e valores que vão sendo construídos de acordo com as condições objetivas existentes no ambiente profissional e as condições necessárias que lhe são negadas.

Em termos psicossociais, essa instabilidade gera uma percepção contínua de ameaça ao controle do próprio trabalho, o que, segundo a teoria da carga de trabalho emocional de Karasek e Theorell (1990) — ainda amplamente referenciada —, aumenta o risco de adoecimento mental quando altas demandas são associadas a baixos níveis de autonomia e suporte.

Portanto, a sucessão rápida de mudanças nas políticas educacionais, sem planejamento ou diálogo com os profissionais da educação, deve ser reconhecida como um fator estruturante dos riscos psicossociais na prática docente, impactando diretamente a saúde mental, o engajamento e a qualidade da educação.

A atualidade evidencia, ainda, a crise decorrente da COVID-19[5], cujas condições de trabalho já adversas das/os docentes no Brasil tornaram-se ainda mais explicitas, afetando sua saúde mental de maneira significativa. Uma revisão de escopo publicada na revista *Physis* avaliou nove investigações que envolveram mais de 35 mil docentes da Educação Básica. As descobertas mostraram que a maioria desses profissionais enfrentou aumento na carga de trabalho, diminuição

5 Sigla do Coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da Emergência em Saúde Pública, ocorrida mundialmente, no período de 2019 a 2022. Segundo reportagem do jornal CNN Brasil, em 01/01/2022, o ano de 2021 se encerrou totalizando 619.056 óbitos em decorrência da doença. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-encerra-2021-com-412-880-mortes-por-covid-19/. Acesso em: 13 jul. 2025.

de salário e dificuldades com a utilização de ferramentas digitais. Esses aspectos contribuíram para o surgimento de sintomas como ansiedade, depressão, insônia e exaustão emocional. Os dados ressaltam que a histórica negligência em relação à valorização do profissional de ensino foi intensificada pela crise de saúde.

A seguir, amplia-se a abordagem sobre os riscos psicossociais na relação com ao trabalho docente.

Riscos psicossociais no trabalho docente na educação básica

O trabalho docente, apesar de fundamental para o desenvolvimento da sociedade, está correlacionado a inúmeros riscos psicossociais que podem afetar a saúde mental e física dos profissionais da educação. Segundo Glina (2010, p. 15), riscos psicossociais são "aspectos do desenho do trabalho, organização e gerenciamento do trabalho e seus contextos sociais e ambientais, que têm o potencial de motivar danos psicológicos e sociais ou físicos", convergindo com Dejours (2015a), que ressalta que os riscos psicossociais dizem respeito a fatores ligados ao ambiente de trabalho que podem ocasionar sofrimento psíquico que provocam estresse, esgotamento profissional e transtornos emocionais.

O trabalho docente é marcado por desafios que ultrapassam o ato de ensinar, abrangendo burocracias, gestão de conflitos, cobranças institucionais e ajustes constantes a novas metodologias de ensino. Para Seligmann-Silva (2011), esses fatores podem favorecer numa sobrecarga emocional e física, capaz de levar ao esgotamento mental conhecido como Síndrome de Burnout. Tal síndrome se apresenta através de sintomas como exaustão extrema, despersonalização e redução da realização pessoal no trabalho (Maslach; Schaufeli; Leiter, 2016).

A seguir, apresenta-se o Quadro 1 – Trabalho Docente e Riscos Psicossociais, o qual demonstra correlação entre o trabalho e a saúde na profissão docente. A precarização das condições laborais são condições que aumentam os riscos psicossociais e incidem consideravelmente sobre a profissionalidade docente.

Quadro 1 - Trabalho Docente e Riscos Psicossociais.

Contexto do Trabalho Docente	Riscos Psicossociais / Consequências
Burocracias escolares	Sobrecarga emocional
Gestão de conflitos	Estresse crônico
Cobranças institucionais	Esgotamento mental
Projetos e Metodologias em constante mudança	Burnout (Maslach *et al*., 2016)
Carga horária exaustiva	Redução de realização pessoal
Precarização das condições laborais	Transtornos psíquicos
Baixos salários e instabilidade	Ansiedade e depressão
Falta de suporte institucional	Afastamento do trabalho
Violência escolar (verbal/ física)	Estresse, medo e desmotivação
Pressão por resultados educacionais	Comprometimento da saúde mental
Lógica produtiva do ensino	Redução de descanso e lazer
Ensino remoto na pandemia (COVID-19)	Isolamento, ansiedade e crise

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ressalta-se que a sobrecarga de trabalho e a pressão para que a/o docente apresente resultados positivos sobre o desempenho dos discentes também estão entre os principais motivos que afetam a saúde dos docentes. Nesses pressupostos, Teixeira, Marqueze e Moreno (2020) e Antunes (2018) argumentam que a lógica produtivista do ensino tem acarretado os/as docentes, o que favorece para a redução no seu tempo de descanso e lazer. Isso, portanto, favorece não apenas uma péssima qualidade de vida para os docentes, mas também quanto à eficácia do ensino, uma vez que profissionais corroboram com a menor capacidade de engajamento e novidade pedagógica.

Ademais, estudos apontam que a instabilidade profissional, os baixos salários e a falta de suporte institucional colaboram para o desenvolvimento de transtornos psíquicos entre docentes (Grigório; Macêdo; Pontes; Brasileiro, 2025). Com isso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019) destaca quanto à importância de políticas institucionais que propiciem ambientes educacionais saudáveis que diminuam os fatores estressores no trabalho docente.

É importante, ainda, destacar que outro fator relevante é a violência no espaço escolar, que afeta significativamente a saúde mental dos docentes. De acordo com dados do relatório da UNESCO (2020), muitos docentes sofrem agressões verbais e até físicas por parte de alunos, colegas e até familiares, o

que amplia o nível de estresse e ansiedade. Nesse contexto, Sousa *et al* (2024) corroboram que a violência no ambiente escolar compromete a motivação dos docentes, o que leva ao adoecimento mental e ao afastamento do profissional do seu espaço laboral.

Por sua vez, a pandemia da COVID-19 demonstrou ainda mais os riscos psicossociais da profissão docente, tendo em vista que a necessidade de adaptação ao ensino remoto, a insegurança diante da nova realidade apresentada e a sobrecarga emocional provocada pelo isolamento social foram condições que impactaram diretamente a saúde mental dos docentes (Costa, Batista, 2024). Nessa conjuntura, estudos mostram que muitos docentes desenvolveram crises de ansiedade e depressão diante das incertezas e reformulação abrupta da práxis pedagógica (Ferreira-Costa; Pedro-Silva, 2019).

Frente a esse cenário, faz-se necessária a implementação de políticas públicas e ações institucionais a fim de minimizar os riscos psicossociais na jornada docente; para isso, é importante a implantação de estratégias como suporte psicológico, melhoria das condições de trabalho e a valorização profissional para garantir a saúde e o bem-estar dos docentes (Pereira Junior, 2016). Ademais, considera-se que a transformação do referido cenário não se fará sem a organização política da categoria docente, em sindicatos, associações, fóruns e outras entidades, disputando direitos trabalhistas e autonomia da categoria para participar da gestão educacional nas redes e sistemas de ensino como intelectuais transformadores[6] – intelectuais orgânicos da educação, sob a perspectiva crítico emancipadora.

Ausência de gerenciamento de riscos psicossociais no ambiente laboral docente

A ausência de políticas institucionais que ofereçam suporte psicológico adequado, a falta de capacitação contínua para lidar com situações de estresse e crises emocionais e a inexistência de uma valorização profissional concreta agravam ainda mais o cenário de adoecimento da categoria docente. Esse contexto precarizado, em que os docentes são submetidos e não têm acesso a recursos adequados para lidar com as pressões do dia a dia, resulta em uma

6 Expressão utilizada por Henry A. Giroux (1997) pra discutir o papel das/os professoras/es como meros objetos de reformas educacionais e o desafio de serem considerados como lideranças intelectuais.

espiral de desgaste que, muitas vezes, culmina no afastamento temporário ou definitivo da profissão (Gomes, 2015; Santana; Almeida, 2021).

Em muitas escolas, o estresse e o adoecimento dos docentes são tratados de forma superficial ou negligente, sem uma análise cuidadosa das causas estruturais e institucionais que alimentam esses problemas. Quando o sofrimento psicológico é reconhecido, ele é frequentemente abordado de maneira paliativa, como por meio de campanhas esporádicas de conscientização ou tratamentos isolados, sem uma continuidade que garanta mudanças de fundo nas condições de trabalho. Esse tipo de abordagem não consegue resolver as questões profundas que afetam os docentes, como a sobrecarga de atividades, a falta de apoio pedagógico, a violência no ambiente escolar e a pressão incessante para cumprir metas educacionais muitas vezes desconectadas da realidade das/os discentes.

A falta de políticas estruturadas para o gerenciamento dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho docente também reflete uma carência de compreensão por parte das autoridades educacionais sobre os efeitos prejudiciais de um ambiente de trabalho que não favorece a saúde mental. Isso se traduz em uma gestão educacional que prioriza números e resultados em detrimento da qualidade de vida do docente e da construção de um ambiente educativo saudável e colaborativo (Tostes *et al.*, 2018).

Além disso, a formação continuada das/dos docentes e das equipes de gestão escolar para o manejo de questões emocionais e psicológicas é praticamente inexistente. É fundamental que as/os docentes, além de aprimorarem seu conhecimento sobre metodologias de ensino e gestão de sala de aula, também estudem sobre processos de humanização e interrelações socioemocionais que contribuem com o bem estar de todas as pessoas no dia a dia da escola. Como já se referiu o mestre Paulo Freire (2025), "a Escola é lugar de gente [...] Gente que trabalha, que estuda; que alegra, se conhece, se estima" a resolução de conflitos e o suporte emocional a si mesmos e a estudantes perpassa, também, pelas formas respeitosas, afetivas, solidárias, cooperativas que podem ser estabelecidas entre docentes, docentes e discentes, docentes e comunidade externa. Porém, a formação das/dos docentes ainda é limitada e, muitas vezes, centrada em aspectos técnicos e curriculares, deixando de lado as questões emocionais e psicossociais que são fundamentais para a saúde do profissional (Santos, 2021).

Diante desse contexto, é fundamental que as políticas públicas voltadas para a educação incluam o bem-estar do docente como uma prioridade central. A criação de espaços institucionais e culturais que favoreçam o diálogo sobre a saúde mental e os desafios enfrentados pelas/os docente é um passo essencial para começar a tratar estes problemas de forma mais efetiva. Além disso, a implementação de programas de saúde mental, tanto para as/os docentes quanto para as/os discentes, se faz elementar. Estes programas podem incluir desde a disponibilização de suporte psicológico contínuo até a criação de grupos de apoio entre as/os próprias/os docentes, onde possam compartilhar suas experiências e dificuldades (Branco; Souza; Arinelli, 2022).

Ademais, o aprimoramento das condições de trabalho, como a redução da carga horária excessiva, a diminuição da burocracia administrativa e a criação de ambientes de trabalho mais colaborativos e menos hierárquicos são medidas imprescindíveis para a construção de um ambiente educacional mais saudável. A criação de espaços para a reflexão e a ação conjunta, onde as condições de trabalho e os problemas psicossociais possam ser discutidos abertamente, contribuiria para a conscientização sobre a necessidade de um novo modelo de gestão educacional e escolar que leve em conta as especificidades do trabalho docente e suas demandas emocionais e psicológicas (Antunes, 2018).

Portanto, o gerenciamento de riscos psicossociais no ambiente de trabalho docente não pode mais ser visto como uma questão secundária ou isolada. A saúde mental das/dos docentes deve ser considerada uma prioridade em qualquer agenda educacional, pois, sem estes profissionais saudáveis e motivados, o sistema educacional como um todo não será capaz de alcançar os objetivos de formação e desenvolvimento humano, sob a perspectiva crítico emancipadora (Silva; Cuz 2021). A mudança dessa realidade exige a construção de políticas públicas integradas e inovadoras, que reconheçam a complexidade do trabalho docente e promovam, de forma consistente, o bem-estar e a valorização dos profissionais da educação (Dejours, 2015b).

Nesse sentido, ressaltamos que a nova Norma Regulamentadora NR-1 estabelece que os órgãos públicos, assim como as empresas privadas, têm a obrigação de criar um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para as/os docentes além de adotarem ações eficazes para lidar com os riscos psicossociais que impactam a docência. Isso representa um avanço significativo, pois reconhece que as condições de trabalho têm um impacto direto na saúde mental

e no desempenho dos docentes.

Sendo, portanto, uma das responsabilidades fundamentais das entidades públicas e privadas, de acordo com a NR-1, conduzir avaliações de riscos psicossociais. Com base nessa avaliação, as entidades supracitadas são encarregadas de formular e executar ações de prevenção e intervenção, as quais podem englobar programas de suporte psicológico, treinamentos em gerenciamento do estresse e fomento a um ambiente de trabalho colaborativo.

Considerações finais

A profissão docente, apesar de sua importância histórica e social, enfrenta desafios que comprometem a saúde mental e o bem-estar dos docentes. Como vimos ao longo deste artigo, a sobrecarga de trabalho, a falta de reconhecimento profissional, a pressão pelas avaliações externas e os constantes desafios emocionais enfrentados nas salas de aula geram impactos profundos na qualidade de vida das/os docentes. Estes desafios não apenas afetam a eficácia do processo de ensino-aprendizagem, mas também as relações interpessoais dentro das instituições educacionais.

As/os docentes enfrentam um contexto de trabalho que exige não apenas habilidades pedagógicas, mas também um profundo envolvimento emocional e psicológico, o que muitas vezes resulta em problemas psicossociais como estresse, Síndrome de Burnout e até afastamento da profissão. A pressão para alcançar resultados quantitativos, frequentemente sem o suporte necessário, submete os docentes a um ambiente de trabalho hostil, marcado pela insegurança e pela falta de recursos, tanto humanos quanto materiais. A precarização do trabalho docente, acarretada pela falta de políticas públicas adequadas, tem impacto direto na saúde mental da categoria.

As instituições de ensino, muitas vezes, falham em não fornecer as condições mínimas para que as/os docentes possam exercer suas funções de maneira saudável, com a devida valorização e apoio emocional. A implementação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar das/os docentes e a criação de um ambiente educacional mais colaborativo são medidas essenciais para reverter esse quadro. Além da análise da categoria sobre o potencial organizativo por coletivos com a participação em sindicatos, associações, fóruns e outras

entidades que tratam da garantia de direitos trabalhistas.

A valorização da profissão docente, a melhoria das condições de trabalho, e o fornecimento de suporte psicológico são ações fundamentais para garantir a saúde dos docentes e, consequentemente, a qualidade da educação. A formação docente contínua, que inclua a perspectiva socioemocional das/os profissionais, é um passo crucial para lidar com os desafios emocionais e psicológicos da profissão, na atualidade.

Portanto, é necessário que as políticas educacionais adotem uma abordagem mais holística, que não se limite a números e resultados de avaliações, mas que também leve em consideração o ser humano por trás da profissão. O reconhecimento da importância da saúde mental dos docentes é um fator chave para a construção de um ambiente educacional mais saudável e eficaz. Como sociedade, precisamos compreender que a qualidade da educação está diretamente relacionada à valorização do profissional que a transmite, e isso só será possível quando os docentes forem apoiados em suas necessidades emocionais e psicossociais.

Referências

ANDRADE,Lucianne Oliveira Monteiro; LOURENÇO, Lucivanio Rodrigues; NUNES, Simone Pelaes Maciel; SANTOS, Francisca Medeiros dos. Saúde mental e adoecimento docente: os impactos do trabalho precarizado sobre o bem-estar dos professores da educação básica. **Revista Tópicos**, 2026. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/saude-mental-e-adoecimento-docente-os-impactos-do-trabalho-precarizado-sobre-o-bem-estar-dos-professores-da-educacao-basica. Acesso em: 26 de mai. 2026.

ANFOPE. **Documento Final do XXI Encontro Nacional da ANFOPE – 2023**. Disponível em: https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Documento-ENANFOPE-final2023.pdf. Acesso em: 6 abr. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

AZEVEDO, Gilson Xavier; IGLESIAS, Jacqueline de Oliveira Veiga; GOULART, Joana Corrêa; CARVALHO, Eloane Aparecida Rodrigues. Educação brasileira em

tempos de neoliberalismo: entre discursos de melhoria e realidades excludentes. **Albuquerque Revista de Estudos Culturais**, vol. 17, n. 33, jan. - jun. de 2025.

BRANCO, Samantha Amanda; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; ARINELLI, Guilherme Siqueira. (2022). Isolamento social, pandemia e a atividade docente: significações sobre o ensino remoto. **Revista Psicopedagogia**, 39(120), 320–331. Disponível em: https://revistapsicopedagogia.com.br/revista/article/view/136/158. Acesso em: 26 de mai. 2026.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos; SOUZA, Michele Borges de; CABRAL, Maria da Conceição Rosa. A epistemologia da formação de professores materializada por meio dos organismos multinacionais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. esp., n. 3, p. 2041-2053, dez., 2018. E-ISSN: 1982-5587. Disponível em: Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11142. Acesso em: 07 abr. 2025.

COSTA, Jésse Ray Mendes; BATISTA, Marina Silva. Os impactos da pandemia da Covid-19 à saúde mental dos professores de escolas públicas do Brasil: uma revisão de literatura. **Pesquisas em Discurso Pedagógico,** n.33, jul. 2024. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/67371/67371.PDF. Acesso em: 26 de mai. 2026.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015a.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015b.

FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de. As Emoções do Professor Frente ao Processo de Inclusão Escolar: uma Revisão Sistemática. **Rev. Bras. Ed. Esp**., Marília, v. 24, n. 2, p. 217-228, Abr.-Jun., 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/R3g5pR59J34RWyL9yDZ5qsc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 06 abr. 2025.

FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson. Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 30, e20160143, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/prLXmmdXG3hdQWTSBgm6JZD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 mar. 2025.

FERREIRA, Maria Jucilene Lima. **ESPERANÇA E PERSISTÊNCIA: Os significados**

da docência em uma escola do assentamento Bela Vista, do MST. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC, Minas Gerais, 2006. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Educacao_FerreiraMJ_1.pdf. Acesso em: 05 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **A Escola**. [S.l.: s. N.], 1989. Disponível em: https://acervo.paulofreire.org/items/fca5541a-de5f-4db9-9db5-f6d8d56770e5. Acesso em: 13/07/2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr. jun. 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: Anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTENDBR Online**, v. 18, n. 4 [78], p. 906-926, out/dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654333/19019. Acesso em: 13 jul. 2025.

GIROUX, Henry. **Os professores como Intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. PortoAlegre: Artes Médicas, 1997

GLINA, Débora Miriam Raab. Modelos teóricos de estresse e estresse no trabalho e repercussões na saúde do trabalhador. *In:* GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther. (Org.). **Saúde mental no trabalho**: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010. p. 3-30.

GOMES, P. R. A sobrecarga de trabalho e o estresse docente: reflexões sobre o adoecimento na educação. **Cadernos de Educação**, v. 19, n. 3, p. 140-155, 2015.

GRIGÓRIO, Erica Lamara Gomes Alves; MACÊDO, Josimar dos Santos; PONTES, Vinícius José Félix da Silva; BRASILEIRO, Mateus Salviano Farias. Saúde mental dos professores: desafios e estratégias para um bem estar docente. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 06, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/390325657_SAUDE_MENTAL_DOS_PROFESSORES_DESAFIOS_E_ESTRATEGIAS_PARA_O_BEM-ESTAR_DOCENTE. Acesso em: 27 mar. 2025.

International Labour Organization. C190 - Convenio sobre la violencia y el acoso. Geneva: ILO, 2019 (núm. 190).

KARASEK, Robert. & THEORELL, Töres. (1990). **Healthy work-stress, productivity**

and the reconstruction of working life. New York : Basic Book Inc.

PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio. **Condições de trabalho docente nas escolas de educação básica no Brasil: uma análise quantitativa**. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/ac087896-4984-46f7-8e70-e8de0be8f06f/content. Acesso em: 27 fev. 2025.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**,v.12, n.34, p. 94-181, 2007.

SANTANA, Tayná Santos; ALMEIDA, Fernanda. MAL ESTAR DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO: identificação de problemas e estratégias de enfrentamento. *In:* XV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade" (EDUCON). **Anais [...]**, 2021 Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16570/2/MalEstarDocenteCondicoesTrabalho.pdf. Acesso em: 04 jun. 2026.

SANTOS, J. M. A formação socioemocional do docente: a necessidade de um novo olhar sobre o processo de ensino e aprendizagem. **Educação e Psicologia**, v. 20, n. 34, p. 45-63, 2021.

SANTOS, Patrícia Menezes. **As formulações da OCDE para educação e suas interfaces com a base nacional comum para a formação de professores (BNC-Formação) no Brasil**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39411/1/texto%20tese%20final%20corrigido%20Patr%C3%ADcia%20Menezes%20com%20ficha%20catalgr%C3%A1fica.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

SANTOS, José Vitor Palhares dos; REPOLÊS, Maria Catarina Paiva. Novo Ensino Médio e as principais dificuldades, benefícios e perspectivas percebidas pelos docentes. **Educ. rev.** [on-line]. 2024, v. 40, e49141. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/rHyFf5dSCp8rMqNqYYfWKby. Acesso em: 03 abr. 2025.

SELGIMANN-SILVA, M. **Desafios do trabalho docente**: impacto do estresse na saúde dos educadores. Campinas: Papirus, 2011.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva. A formação de professores na perspectiva crítico emancipadora. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 32, p. 13-31, jan./abr. 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9461/1/ARTIGO_FormacaoProfessoresPerspectiva.pdf. Acesso em: 26 de mai. 2026.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da; CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. Projetos em disputa na definição das políticas da formação de professores para a educação básica. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, p. 1-16, Jul./Set., 2021, Vitória da Conquista, Bahia. Disponível em:

https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8918. Acesso em: 13 jul. 2025.

SOUSA, Noedna Braga Freire; GRANJA, Nadiedia Lopes; MONTE, Franciela Félix de Carvalho; SANTOS, Paulo César Marques de Andrade; SHIOSAKI, Ricardo Kenji; SILVA, Tarcísio Fulgêncio Alves da. Violência escolar e suas consequências físicas, psicológicas e profissionais sobre os professores. **Revista Caderno Pedagógico** – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v. 21, n. 7, p. 01-17, 2024. Disponível em: file:///C:/Users/drata/Downloads/CADERNO+PEDAG%C3%93GICO+089%20(1).pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

TEIXEIRA, Talita da Silveira Campos; MARQUEZE, Elaine Cristina; MORENO. Claudia Roberta de Castro. Produtismo acadêmico: quando a demanda supera o tempo de trabalho. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 117, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/JK5ZNcPtfW5zy89wwWd9TFv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 mar. 2025.

TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Calvacanti de; SILVA, Marcelo José de Souza e; PETTERLE, Ricardo Rasmussen. Sofrimento mental de professores de ensino público. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan-mar 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 06 abr. 2025.

NESCO. 2020. Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação para todos. Paris, UNESCO.

71% dos professores estão estressados pela sobrecarga de trabalho. **Sindiedutec**. 2023. Disponível em : 71% dos professores brasileiros estão estressados pela sobrecarga de trabalho | Sindiedutec. Acesso em: 26 de junho de 2025.